
***Bancoob Distribuidora
de Títulos e Valores
Mobiliários Ltda. –
Bancoob DTVM***

***Demonstrações contábeis em
30 de junho de 2017
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos



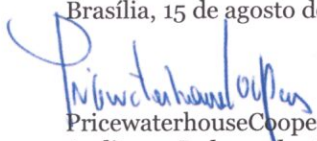
Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores
Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM

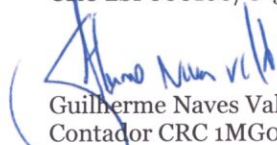
chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 15 de agosto de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF

**Bancoob Distribuidora
de Títulos e Valores
Mobiliários Ltda. –
BANCOOB DTVM**

**Demonstrações contábeis em
30 de junho de 2017**

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM

Demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório da administração 3

Balancos patrimoniais 10

Demonstrações de resultados 11

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 12

Demonstrações dos fluxos de caixa 13

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Nota 1 – Contexto operacional 14

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis 14

Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis 15

Nota 4 – Disponibilidades 18

Nota 5 – Títulos e Valores mobiliários 18

Nota 6 – Outros créditos - Diversos 19

Nota 7 – Imobilizado 19

Nota 8 – Intangível 20

Nota 9 – Fiscais e previdenciárias - Circulantes 20

Nota 10 – Outras obrigações - Diversas 20

Nota 11 – Patrimônio líquido 21

Nota 12 – Receitas de prestação de serviços 21

Nota 13 – Despesas de pessoal 22

Nota 14 – Despesas administrativas 23

Nota 15 – Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido 23

Nota 16 – Critérios de tributação 25

Nota 17 – Outras despesas operacionais 25

Nota 18 – Transações com partes relacionadas 25

Nota 19 – Outras informações 27

Nota 20 – Gerenciamento de Riscos 28

Composição da Diretoria 30

Relatório da administração

1. Cenário Macroeconômico

No âmbito doméstico, o 1º semestre de 2017 foi marcado pela manutenção de um quadro de instabilidade política e pelo início da retomada do crescimento econômico, embora em ritmo lento e instável. Apesar das turbulências, o governo obteve junto ao Congresso Nacional a aprovação da reforma trabalhista, mas a tramitação da reforma previdenciária foi postergada para o 2º semestre. O aumento das incertezas políticas estancou o incipiente ciclo de retomada da confiança e valorização dos ativos domésticos, embora ao final do semestre o ambiente tenha se tornado mais ameno. No exterior, os primeiros meses do ano trouxeram alguma frustração quanto à capacidade do novo governo norte-americano de implementar sua agenda, o que, em conjunto com a acomodação da inflação, esfriou o ímpeto global do dólar. A China continuou crescendo de forma robusta, enquanto a Zona do Euro sustentou a expansão gradual, tendo recebido o impulso da eleição na França, o que reduziu os temores na região.

No Brasil, sinais econômicos mais positivos e a crescente perspectiva de avanços na agenda estrutural vinham sancionando a melhora dos índices de confiança e dos preços dos ativos domésticos, até a eclosão de uma nova crise política em maio. Na economia real, o destaque ficou para o PIB do 1º trimestre, que cresceu 1,0% na margem e interrompeu uma sequência de oito trimestres consecutivos de queda. Apesar da concentração do bom resultado no setor agropecuário, com expansão de 13,4%, também houve um pequeno crescimento de 0,9% do PIB industrial, sinal importante para um setor muito enfraquecido nos últimos anos. No acumulado até maio, a produção industrial cresceu 0,5% na comparação com o mesmo período de 2016, com destaque para a recuperação da produção de bens de consumo duráveis (+ 11,0%) e bens de capital (+ 3,5%).

Parte desta melhora é atribuída ao setor externo, tendo em vista as limitações de retomada da demanda local. Porém, ao longo do semestre os números das vendas no varejo também começaram a reagir. Se no acumulado até maio as vendas reais ainda recuaram 0,8% ante o mesmo período de 2016, especificamente nos meses de abril e maio houve alta na comparação anual, de 1,7% e 2,4% respectivamente. A gradativa reação do consumo tem sido proporcionada pela melhora da renda real, a despeito do mercado de trabalho enfraquecido. Isto tem sido possível pela queda da inflação em ritmo mais intenso que a desaceleração dos reajustes salariais, embora esta dinâmica deva se equilibrar nos próximos meses, com a acomodação da inflação e aumentos cada vez mais reduzidos dos salários. Outro fator que tem contribuído com a retomada do consumo é a incipiente melhora das concessões de crédito para pessoas físicas, no embalo do processo de queda das taxas de juros. Por fim, a liberação de recursos das contas do FGTS ao longo dos últimos meses também forneceu um impulso pontual.

Uma surpresa positiva registrada ao longo do 1º semestre foi a intensificação da queda da inflação, ilustrada pelo IPCA de 3,0% e IGP-M de -0,78%, ambos acumulados nos 12 meses encerrados em junho. O quadro inflacionário benigno é complementado pela abertura favorável dos índices de preços, com núcleos e índice de difusão reduzidos pela ancoragem das expectativas de inflação, que estão abaixo da meta em 2017 e 2018, na recuperação lenta da economia, que envolve uma taxa de desemprego ainda alta, e pela manutenção de uma taxa de câmbio controlada, apesar das incertezas. Neste contexto, a flexibilização da

Relatório da administração

política monetária teve prosseguimento nos últimos meses. A taxa Selic, que iniciou o ano de 2017 em 13,75%, atingiu 9,25% em julho.

No mercado de crédito, as concessões começaram a reagir lentamente, no caso dos empréstimos destinados às pessoas físicas. As operações com recursos livres cresceram 7,5% no 1º semestre, ante o mesmo período de 2016. Já no crédito voltado às pessoas jurídicas, o cenário permaneceu adverso, com recuo de 7,0% nos volumes concedidos na mesma base de comparação (crédito livre). Os índices de inadimplência seguiram trajetória semelhante. A taxa PF cedeu de 6,1% no final de 2016 para 5,8% em junho de 2017, em dinâmica que deve ser considerada positiva diante do quadro adverso do mercado de trabalho. Enquanto isso, a taxa de inadimplência PJ subiu ao longo do semestre até maio, quando atingiu 6,0%, tendo recuado em junho para 5,3% - ainda assim, acima do observado no final de 2016 (5,2%).

As contas externas continuaram fornecendo boas notícias ao País. O superávit comercial somou US\$ 36,2 bilhões no 1º semestre, montante bem superior ao registrado no 1º semestre de 2016 (US\$ 23,6 bilhões). Embora as importações tenham começado a reagir, diante da estabilização da economia e do real mais fortalecido, as exportações foram impulsionadas pela melhora dos preços de importantes itens da pauta. Esse desempenho da balança acentuou a tendência de ajuste da conta corrente, cujo acumulado entre janeiro e junho ficou ligeiramente superavitário em US\$ 715 milhões, algo que não ocorria desde 2007. Vale lembrar que, nos mesmos períodos de 2015 e 2016 os déficits haviam sido de US\$ 38,4 bilhões e US\$ 8,5 bilhões, respectivamente.

As contas públicas, por sua vez, seguiram como o principal fator negativo da economia brasileira. A despeito das medidas tomadas, o déficit primário do governo central somou R\$ 56 bilhões nos primeiros seis meses do ano, dificultando ainda mais o alcance da meta de R\$ 139 bilhões de déficit em 2017. Nos 12 meses encerrados em junho, o déficit primário atingiu 2,8% do PIB, comportamento que manteve o endividamento em alta. A dívida pública bruta subiu de 69,9% do PIB no final de 2016 para 73,1% do PIB em junho, dados que reforçam o quadro fiscal extremamente difícil. As receitas deram sinais de estabilização, com a arrecadação federal subindo 0,8% em termos reais no período. Porém, as despesas seguem em expansão, puxadas pelos gastos com previdência social, não totalmente compensados pelo contingenciamento de despesas.

Nos mercados, as turbulências políticas acentuaram a volatilidade, mas em linhas gerais os ativos brasileiros sustentaram patamares valorizados, na expectativa de continuidade da atual política macroeconômica e da agenda de reformas estruturais. A taxa de câmbio, que iniciou o ano ao redor de R\$ 3,25/US\$, chegou a romper o nível de R\$ 3,10/US\$ antes do citado aumento das tensões políticas em maio. Com isso, o dólar voltou a superar R\$ 3,30/US\$, mas a queda global do dólar e a sustentação da direção econômica levou a taxa de câmbio novamente a se aproximar de R\$ 3,10/US\$ em julho. Na Bovespa, a eclosão da nova crise ocorreu quando o índice tentava atingir os 70 mil pontos, resultando na queda para cerca de 60 mil pontos. O índice recuperou parte das perdas e voltou a operar ao redor de 65 mil pontos em julho.

Em suma, a primeira metade de 2017 manteve o desempenho global satisfatório, a despeito das crescentes incertezas políticas nos Estados Unidos, e trouxe os

Relatório da administração

primeiros sinais de lenta retomada de crescimento da economia brasileira. No âmbito local, turbulências políticas geraram volatilidade e ampliaram os riscos à continuidade da agenda reformista, embora os mercados tenham permanecido confiantes na manutenção da atual orientação econômica e da tentativa de aprovação da reforma da previdência, fundamental para sustentar o reequilíbrio das contas públicas no médio e longo prazo.

2. BANCOOB DTVM

A BANCOOB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – BANCOOB DTVM é a empresa de administração e gestão de recursos do Sicoob. A instituição teve seu funcionamento autorizado em 21 de julho de 2005, por meio do Ato Declaratório nº 8.402 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A BANCOOB DTVM atua com o objetivo de atender às necessidades de seus clientes, em especial as cooperativas de crédito do Sicoob, a partir da administração de fundos de investimento e de carteiras de valores mobiliários.

3. Performance

A BANCOOB DTVM encerrou o primeiro semestre de 2017 com ativos totais consolidados de R\$ 6 milhões, representando um crescimento de 7,14% em relação ao mesmo período do ano anterior, destacando-se:

Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários

Com montante de R\$ 3,2 milhões em 30 de junho de 2017, os títulos classificados como “disponíveis para venda” estavam aplicados em Títulos de Renda Fixa: CDB pós-fixados do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB. Esses títulos possuem liquidez diária e rentabilidade indexada ao CDI/Cetip.

Pagamento de dividendos

A BANCOOB DTVM efetuou o pagamento a título de dividendos aos sócios em 30 de março de 2017, a quantia total de R\$ 1,8 milhão, referente o resultado do exercício de 2016.

4. Gerenciamento de riscos

a. Risco operacional

As diretrizes para gestão de risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que, por sua vez, interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as

Relatório da administração

causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

b. Riscos de mercado e de liquidez

O Bancoob aderiu às seguintes políticas: Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado. Tais políticas definem procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.464/2007 e no art. 8º da Resolução CMN 4.090/2012.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado define a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) utilização do *VaR – Value at Risk* para mensurar o risco de mercado;
- b) análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
- c) limite máximo para exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtests* dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) diferentes cenários de simulação de perda em situações de *stress*;
- f) planos de contingência.

A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) limite mínimo de liquidez;
- b) projeção do fluxo de caixa para 90 dias;
- c) diferentes cenários de simulação de perda em situações de *stress*;
- d) planos de contingência de liquidez.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente pela Auditoria Interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

Relatório da administração

Em cumprimento às Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012 e às Circulares BC 3.678/2013 e 3.748/2015, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

c. Risco de crédito

O Bancoob é responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, conforme prevê o art. 9º da Resolução CMN 3.721/2009, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitoramento das carteiras de crédito e manutenção de política única de risco de crédito.

O risco de crédito decorre da incerteza de uma contraparte honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito do tomador, visando manter a boa qualidade da carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira do tomador. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) procedimentos para a recuperação de créditos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sicoob;
- g) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- h) modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
- i) limites portfolizados de crédito para cada cliente e limites globais por carteira;
- j) modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Relatório da administração

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

Os sistemas, modelos e procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de risco de crédito.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/2009 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

5. Patrimônio líquido e resultado do semestre

O patrimônio líquido em 30 de junho de 2017 é de R\$ 3,7 milhões, o que representa um aumento de 15,62% em relação a 30 de junho de 2016.

O lucro líquido no período foi de R\$ 1,366 milhão (R\$ 116 mil – Junho de 2016), com retorno anualizado de 83,84% sobre o patrimônio líquido médio.

6. Adequação das operações realizadas com os objetivos estratégicos de longo prazo

No plano de negócios da Bancoob DTVM apresentado ao BACEN foram traçados os seguintes objetivos estratégicos de longo prazo:

a) Desenvolvimento de portfólio de produtos e serviços abrangentes dentro das necessidades no sistema cooperativo brasileiro.

b) Atuação, também, na cadeia produtiva das cooperativas de crédito (fornecedores, associados, empresas dos associados) e nas demais cooperativas de crédito (por exemplo: sistema Unicred) e cooperativas de produção.

c) Estar entre as 50 maiores DTVM do mercado.

As operações realizadas pela Bancoob DTVM para cumprimento dos objetivos estratégicos permitiram alcançar volume administrado de R\$ 16,5 bilhões em 30/06/2017, distribuídos em 19 fundos de investimentos e 9 carteiras administradas. Esse valor supera em 12,83% o patrimônio líquido orçado para o encerramento do primeiro semestre do ano de 2017, de R\$ 14,6 bilhões.

Relatório da administração

7. Agradecimentos

Agradecemos aos cotistas, pela confiança na atual administração, ao BANCOOB, ao Sicoob Confederação, às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pelo trabalho executado em parceria, e aos colaboradores da BANCOOB DTVM, pela dedicação e compromisso.

A Administração

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Balanco patrimonial em 30 de junho
 Em milhares de reais

ATIVO	2017	2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
CIRCULANTE	2.665	4.077	CIRCULANTE	2.303	2.423
Disponibilidades (nota 4)	6	4	Outras Obrigações	2.303	2.423
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	-	2.338	Sociais e estatutárias	168	62
Livres	-	2.338	Fiscais e previdenciárias (nota 9)	1.461	996
			Diversas (nota 10)	674	1.365
Outros créditos	2.656	1.731	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 11)	3.706	3.208
Rendas a receber (nota 18 (a))	1.458	876	Capital Social	2.170	2.170
Diversos (nota 6)	1.198	855	Reserva de lucros	1.536	1.038
Outros valores e bens	3	4			
Despesas antecipadas	3	4			
NÃO CIRCULANTE	3.344	1.554			
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	3.177	1.422			
Livres	3.177	1.422			
Outros créditos	118	92			
Diversos (nota 6)	118	92			
Imobilizado (nota 7)	43	37			
Imobilizações de uso	128	111			
(-) depreciações acumuladas	(85)	(74)			
Intangível (nota 8)	6	3			
Softwares	8	4			
(-) amortizações acumuladas	(2)	(1)			
TOTAL DO ATIVO	6.009	5.631	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.009	5.631

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM**Demonstração do resultado****Semestres findos em 30 de junho**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas de intermediação financeira	226	282
Resultado com títulos e valores mobiliários (nota 5)	226	282
Resultado bruto com intermediação financeira	226	282
Outras receitas (despesas) operacionais	2.524	767
Receitas de prestação de serviços (nota 12)	4.966	3.620
Despesas de pessoal (nota 13)	(1.658)	(1.477)
Despesas administrativas (nota 14)	(294)	(264)
Despesas tributárias	(490)	(362)
Outras despesas operacionais (nota 17)	-	(750)
Resultado Operacional	2.750	1.049
Resultado não operacional (nota 19(e))	-	1
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	2.750	1.050
Imposto de renda e contribuição social (nota 15)	(1.281)	(854)
Imposto de renda	(702)	(464)
Contribuição social	(571)	(381)
Crédito tributário	(8)	(9)
Participação nos lucros	(103)	(80)
Lucro líquido do período	1.366	116
Número de quotas no final do semestre em milhares: (nota 11 (a))	2.000	2.000
Lucro líquido por lote de mil quotas do capital social no final do semestre - R\$	0,68	0,06

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de Lucros</u>		<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
		<u>Legal</u>	<u>Outras</u>		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.170	177	1.728	-	4.075
Dividendos pagos de exercícios anteriores (nota 11 (c))	-	-	(977)	-	(977)
Lucro líquido do semestre				116	116
DESTINAÇÕES PROPOSTAS:					
Dividendos propostos (nota 11 (b))	-	-	-	(6)	(6)
Constituição de reservas	-	6	104	(110)	-
Saldos em 30 de junho de 2016	2.170	183	855	-	3.208
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.170	235	1.803	-	4.208
Dividendos pagos de exercícios anteriores (nota 11 (c))	-	-	(1.803)	-	(1.803)
Lucro líquido do semestre				1.366	1.366
DESTINAÇÕES PROPOSTAS:					
Dividendos propostos (nota 11 (b))	-	-	-	(65)	(65)
Constituição de reservas	-	68	1.233	(1.301)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	2.170	303	1.233	-	3.706

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Demonstração dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.750	1.050
Ajustes:		
Depreciações	5	6
Outras receitas operacionais	-	(1)
	<u>2.755</u>	<u>1.055</u>
Variações nos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	618	97
Rendas a receber	(151)	118
Outros ativos	1.678	912
Outras obrigações	(2.043)	(525)
Outros valores e bens	5	(1)
Caixa proveniente das operações	<u>2.862</u>	<u>1.656</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(987)	(671)
	<u>1.875</u>	<u>985</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.875	985
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(13)	(4)
Aquisição de intangível	(4)	(2)
	<u>(17)</u>	<u>(6)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(17)	(6)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(1.858)	(1.042)
	<u>(1.858)</u>	<u>(1.042)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.858)	(1.042)
	<u>-</u>	<u>(63)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(63)
Caixa e equivalentes de caixa		
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(63)
No final do semestre (nota 4)	6	4
No início do semestre	6	67

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

Conforme comunicado Deorf/COFII-2011/00301 publicado no Diário Oficial da União em 13/01/2011, o Banco Central do Brasil (BACEN) concedeu autorização para o funcionamento da BANCOOB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – BANCOOB DTVM, (“Instituição” ou “Bancoob DTVM”), constituída em 4 de maio de 2005 e com as operações iniciadas em 6 de setembro de 2005. É uma sociedade empresária limitada cuja atividade principal consiste na administração de fundos de investimento por contrato ou comissão.

A BANCOOB DTVM tem por objeto subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM nas respectivas áreas de competência.

Os Fundos de Investimentos administrados pela BANCOOB DTVM são:

Fundos de Investimentos	2017	2016
Microfin Fundo de Investimento – RF – Crédito Privado	X	X
Minascoop Fundo de Investimento – RF – Crédito Privado	X	X
Coopmútuo Fundo de Investimento – Mult – Crédito Privado	X	X
Bancoob Centralização Fundo de Investimento – RF – Crédito Privado	X	X
Bancoob Fundo de Investimento Ded. Setor de Saúde Sup. – ANS	X	X
Sicoob Unimais Fundo de Investimento RF – Crédito Privado (i)	X	X
Unicred MG Fundo de Investimento RF – CP – Inv. Qualificado	X	X
Invest RIO FI Renda Fixa Crédito Privado	X	X
Unicoob Fdo. Inv. – RF – Crédito Privado	X	X
Sicoob DI Fundo de Invest. Referenciado DI	X	X
Sicoob Cocred FI RF Crédito Privado	X	X
Sicoob Central SC FI RF Crédito Privado	X	X
Sicoob Previdenciário FI RF IMA-B	X	X
Sicoob Institucional FI RF Crédito Privado	X	X
Unicred Long Term FI Multimercado	X	X
Sicoob Goiás Central FI Renda Fixa CP	X	X
Bancoob FI Ded ST Saúde Sup. ANS RF Crédito Privado	X	X
Fundo Invest Dir Creditórios – FIDC APL Santa Rita	X	X

(i) A partir de junho o fundo Unicred SP Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado alterou a razão social para Sicoob Unimais Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis para o semestre findo em 30 de junho de 2017 são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.A., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil, e evidenciam todas as informações

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 04 de agosto de 2017.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a valorização de títulos e valores mobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Bancoob DTVM revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional (depósitos bancários), cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

d) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridos, calculadas *“pro rata temporis”*, líquidas das devidas provisões, quando aplicável. As obrigações estão registradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações incorridos.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i. Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como “títulos para negociação” nem como “mantidos até o vencimento”. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado da valorização, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

iii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

f) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear, às seguintes taxas anuais:

- Móveis e Equipamentos de uso – 10%
- Equipamento de Comunicação – 10%
- Processamento de dados – 20%
- Intangível – 20%

As taxas de depreciação e amortização estão avaliadas segundo a vida útil estimada dos bens.

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Redução ao valor recuperável de ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. No 1º semestre de 2017 e de 2016, não houve indicação de perda no valor recuperável de ativos.

g) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social, à alíquota de 20%, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Os créditos tributários foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima e são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3.059/02. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal da BANCOOB DTVM ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09 que determina a observância do Pronunciamento Técnico 25 (CPC nº 25) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Provisão para causas judiciais** - São reconhecidas contabilmente, baseadas na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, e quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis, quando individualmente relevantes.

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Obrigações legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais a BANCOOB DTVM tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

i) Pronunciamentos Técnicos – CPC

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseado em Ações
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 – Evento Subsequente
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados

Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovados pelo Banco Central do Brasil.

j) Plano de previdência

A BANCOOB DTVM é uma das patrocinadoras do plano de previdência Sicoob Previ, que possui característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

4. Disponibilidades

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósitos bancários	<u>6</u>	<u>4</u>

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2017</u>				<u>30/06/2016</u>		
	Sem vencimento	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Valor de mercado	Valor do custo atualizado	Valor de mercado	Valor de custo atualizado
CDB - Bancoob	-	-	3.177	3.177	3.177	1.422	1.422
Fundos	-	-	-	-	-	2.338	2.338
Total	-	-	3.177	3.177	3.177	3.760	3.760
Circulante					-		2.338
Não Circulante					3.177		1.422

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estão classificados como “Disponíveis para Venda” e referem-se a Títulos de Renda Fixa - CDB, emitidos pelo BANCOOB. Esses títulos possuem liquidez diária e marcação a mercado considerando taxa de mercado (CDI).

As receitas financeiras da BANCOOB DTVM geradas por essas aplicações resultaram no montante de R\$ 226 (2016 - R\$ 282), representando rentabilidade semestral de 5,65% e 5,92%, respectivamente.

6. Outros créditos – Diversos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adiantamentos	124	122
Crédito tributário (nota 15 (a))	195	148
Tributos a compensar (i)	997	677
Total	<u>1.316</u>	<u>947</u>
Circulante	<u>1.198</u>	<u>855</u>
Não circulante	<u>118</u>	<u>92</u>

(i) O aumento decorre do maior volume de negócios conduzidos pela Instituição.

7. Imobilizado

	<u>Instalações</u>	<u>Móveis e equipamentos</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2	21	15	38
Aquisição	-	-	4	4
Depreciação	-	(2)	(3)	(5)
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>2</u>	<u>19</u>	<u>16</u>	<u>37</u>
Custo total	5	31	75	111
Depreciação acumulada	(3)	(12)	(59)	(74)
Valor residual	<u>2</u>	<u>19</u>	<u>16</u>	<u>37</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2	17	16	35
Aquisição	-	3	10	13
Depreciação	-	(2)	(3)	(5)
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>2</u>	<u>18</u>	<u>23</u>	<u>43</u>
Custo total	5	35	88	128
Depreciação acumulada	(3)	(17)	(65)	(85)
Valor residual	<u>2</u>	<u>18</u>	<u>23</u>	<u>43</u>
Taxas anuais de depreciação - %	10%	10%	20%	

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Intangível

	<u>Software</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2
Aquisição	2
Amortização	(1)
Saldos em 30 de junho de 2016	3
Custo total	4
Amortização acumulada	(1)
Valor residual	3
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2
Aquisição	4
Amortização	-
Saldos em 30 de junho de 2017	6
Custo total	8
Amortização acumulada	(2)
Valor residual	6
Taxas anuais de amortização - %	20%

9. Fiscais e previdenciárias - Circulantes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão para imposto de renda (i)	702	464
Provisão para contribuição social (i)	572	381
Impostos e contribuições sobre salários	89	82
Outros (ISS/PIS/COFINS)	98	69
Total	1.461	996

(i) Acompanha o movimento descrito no ativo (nota 6)

10. Outras obrigações – Diversas – Circulantes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão para despesas de pessoal	607	553
Provisão para outras despesas administrativas	67	54
Provisões para causas judiciais (nota 17)	-	750
Credores Diversos	-	8
Total	674	1.365

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social da instituição é de R\$ 2.170, divididos em 2.000.000 (dois milhões) quotas, distribuídas entre os sócios:

(i) Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB, proprietário de 1.999.987 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil e novecentos e oitenta e sete) quotas.

(ii) Gil Marcos Saggiore, proprietário de 13 (treze) quotas.

(b) Reserva de lucros

A BANCOOB DTVM destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação da reserva legal no valor de R\$ 68 (2016 – R\$ 6). Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 1.233 (2016 – R\$ 104), referente ao resultado do 1º semestre de 2017, a ser destinado na próxima reunião dos quotistas.

(c) Dividendos

A distribuição do resultado será efetuada de acordo com o capítulo VI do instrumento de constituição que destina no mínimo 5% (cinco por cento) aos sócios, em proporção às quotas possuídas, sendo constituído R\$ 65 (2016 – R\$ 6).

No mês de março, ocorreu o registro contábil da provisão de dividendos a pagar referente o resultado do exercício de 2016, conforme Ata de reunião dos sócios, na quantia de R\$ 1.803 (2015 – R\$ 977), que somado ao dividendo provisionado de R\$ 55, totalizou R\$ 1.858 (2016 – R\$ 1.042), pagos durante o semestre.

12. Receitas de prestação de serviços

Registram as receitas obtidas por prestação de serviços de administração de fundos de investimentos, e a administração de carteiras, conforme demonstrado a seguir:

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Rendas de Administração de Fundos	2017	2016
Microfin FI RF Cred Priv LP	24	22
Minascoop FI RF Crédito Privado	179	180
Coopmútuo FI Multimercado Cred Priv	338	424
Bancoob Centralização FI RF Cred Priv	39	31
Bancoob FI Ded St Saúde Sup ANS	69	53
Sicoob Unimais FI RF Créd Priv	60	93
Unicred MG FI RF - CP Inv Qualificado	140	194
Invest RIO FI RF - Crédito Privado	310	247
Unicoob Fdo Inv - RF - Crédito Privado	151	154
Sicoob DI RF Referenciado	1.126	741
Sicoob Cocred FI RF Crédito Privado	14	12
Sicoob Central SC FI RF Crédito Privado	104	107
Sicoob Previdenciário	4	3
Sicoob Institucional	447	197
Unicred Long Term	26	152
Sicoob Goiás Central	113	68
Bancoob ANS RF Crédito Privado	34	4
FIDC APL Santa Rita	66	5
Bancoob Centralização FI RF Cred Priv (*)	713	242
Total	3.957	2.929
Administração de Carteiras		
Sicoob Previ	239	164
Sicoob Crediminas	280	204
Sicoob Central ES	100	37
Sicoob Central CECREMGE	19	24
Sicoob Central CECRESP	52	39
FGCoop - Fundo Garantidor das Cooperativas	170	113
Sicoob Central NORTE	36	28
Sicoob Central UNICOOB	99	79
Sicoob Central NORDESTE	8	3
Sicoob Central MT/MS	6	-
TOTAL (**)	4.966	3.620

(*) Taxa de performance.

(**) O crescimento das receitas se justifica pelo aumento significativo dos recursos administrados.

13. Despesas de pessoal

	2017	2016
Honorários de Diretoria	622	575
Proventos (*)	356	302
Encargos sociais (**)	434	379
Benefícios (***)	236	220
Treinamentos	10	1
Total	1.658	1.477

(*) Refere-se, principalmente, a salários e provisões para 13º salário e férias.

(**) Refere-se, principalmente, a provisões de INSS e FGTS de funcionários.

(***) Refere-se, principalmente, a benefícios de assistência médica e vale-refeição pago aos empregados e diretores.

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Despesas administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comunicações	93	74
Material	6	6
Processamento de dados	16	14
Publicidade	6	1
Publicações	19	13
Seguros	5	6
Serviços do sistema financeiro	32	41
Serviços de terceiros	22	19
Serviços técnicos especializados	22	22
Viagens	19	15
Condomínio	33	33
Outras administrativas	21	20
Total	<u>294</u>	<u>264</u>

15. Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido.

Créditos tributários

Em 30 de junho de 2017, a BANCOOB DTVM possuía registrados em Outros Créditos, créditos tributários no montante de R\$ 195 mil, originários de diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal.

a) Composição

	<u>30/06/2017</u>		<u>30/06/2016</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Participação nos Resultados	103	103	56	56
FGTS Diretoria	262	262	204	204
1/3 Férias Diretoria	16	16	20	20
13º Salário Diretoria	52	52	50	50
Montante	433	433	330	330
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Créditos Tributários Constituídos	<u>108</u>	<u>87</u>	<u>82</u>	<u>66</u>

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação

	30/06/2017		30/06/2016	
	Imposto De Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Saldo em 31 de dezembro	113	90	87	70
Ajuste em resultado	(5)	(3)	(5)	(4)
Créditos tributários constituídos	44	36	33	26
Créditos tributários baixados	(49)	(39)	(38)	(30)
Saldo em 30 de junho	108	87	82	66

c) Expectativa de realização do Crédito Tributário

Com base em estudo realizado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 2 anos, assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2017	31	29
2018	164	144
Total de créditos tributários	195	173

O valor presente do crédito tributário foi apurado considerando-se a taxa Selic projetada para os anos de realização.

d) Impostos de Renda e contribuição social sobre o lucro líquido

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/06/2017		30/06/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	2.750	2.750	1.050	1.050
Resultado de participação nos lucros	(103)	(103)	(80)	(80)
Base de cálculo	2.647	2.647	970	970
Alíquota de tributação	25%	20%	25%	20%
	662	529	243	194
Efeito tributário sobre diferenças temporárias (*)				
Provisão para Participação nos Lucros	(21)	(17)	(19)	(15)
Demais Provisões	16	14	14	11
Efeito tributário sobre diferenças permanentes	45	45	226	191
Imposto de renda e contribuição social a pagar	702	571	464	381

16. Critérios de tributação

A BANCOOB DTVM optou pelo critério de tributação com base no Lucro Real com o pagamento do imposto mensal, determinada sobre a base de cálculo estimada de acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.430/96, e apura o PIS e o COFINS sobre o faturamento mensal de acordo com a Lei nº 9.718/98.

A BANCOOB DTVM, ainda, apura e recolhe o ISS sobre a prestação dos serviços de administração pago pelos fundos de investimentos na alíquota de 5% (cinco por cento), de acordo com o Decreto nº 25.508/2005 GDF.

17. Outras despesas operacionais

Refere-se à proposta de Termo de Compromisso aprovada em 26/04/2016 pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nos autos do processo administrativo sancionador PAS RJ 2014/13902, o pagamento ocorreu no dia 22 de agosto de 2016.

18. Transações com partes relacionadas

a) Fundos de investimentos

A BANCOOB DTVM foi instituída pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB, para a administração dos recursos de terceiros aplicados nos fundos de investimentos.

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstramos abaixo os saldos de administração dos fundos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITAS	4.966	3.620
Receitas de Prestação de Serviços	4.966	3.620
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ATIVO	1.458	876
Rendas a receber	1.458	876

O patrimônio dos fundos de investimento administrados e geridos pela BANCOOB DTVM totalizava:

<u>Fundos</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Microfin FI RF Cred Priv LP	3.433	3.157
Minascoop FI RF Crédito Privado	149.349	139.734
Coopmútuo FI Multimercado Cred Priv	768.167	774.665
Bancoob Centralização FI RF Cred Priv	1.085.117	882.002
Bancoob FI Ded St Saúde Sup ANS	114.755	76.406
Sicoob Unimais FI RF Cred Priv	36.641	61.543
Unicred MG FI RF - CP Inv Qualificado	90.688	88.634
Invest RIO FI RF - Crédito Privado	280.001	245.241
Unicoob Fdo Inv - RF - Crédito Privado	105.101	95.179
Sicoob DI RF Referenciado	265.737	175.472
Sicoob Cocred FI RF Crédito Privado	4.923	4.490
Sicoob Central SC FI RF Crédito Privado	112.358	93.864
Sicoob Previdenciário FI RF IMA-B	21.904	15.963
Sicoob Institucional FI RF Crédito Privado	488.047	361.026
Unicred Long Term FI Multimercado	5.761	5.277
Sicoob Goiás Central FI RF Crédito Privado	104.949	55.858
Bancoob FI Ded St Saúde Sup ANS RF Crédito Privado	80.268	6.637
Fundo Invest Dir Creditórios - FIDC APL Santa Rita	11.648	10.544
TOTAL	3.728.847	3.095.692

b) Gestão de fundo

A BANCOOB DTVM presta serviços de gestão dos fundos com patrimônio líquido de:

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Carteiras administradas	2017	2016
Sicoob Previ	529.810	368.682
Sicoob Crediminas	5.221.408	3.969.389
Sicoob Central ES	2.097.576	1.409.743
Sicoob Central CECREMGE	219.455	231.816
FGCoop - Fundo Garantidor das Cooperativas	677.291	470.343
Sicoob Central CECRESP	1.160.502	835.332
Sicoob Central NORTE	686.658	593.262
Sicoob Central UNICOOB	1.853.946	1.355.282
Sicoob Central NORDESTE	147.163	63.629
Sicoob Central Mato Grosso/Mato Grosso do Sul	150.903	-
TOTAL	12.744.712	9.297.478

c) Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB

A BANCOOB DTVM mantém o contrato de prestação de serviços com o BANCOOB de *Compliance*, Recursos Humanos, Normatização, Assessoramento Jurídico, Contabilidade, Atividade de Suporte de TI e Serviços de Administração sem ônus, além de depósitos bancários e aplicações financeiras em CDBs pós-fixados do BANCOOB:

	2017	2016
Depósitos bancários	6	4
Títulos e valores mobiliários	3.177	3.760
Total	3.183	3.764

	2017	2016
Resultado com títulos e valores mobiliários	226	282

d) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui o Diretor Superintendente, o Diretor de Administração e Controle e o Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros. A remuneração paga aos Diretores está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Honorários	622	575
Benefícios Sociais	662	586
Encargos Sociais	178	157
Total	1.462	1.318

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Outras Informações

a) Seguros

A BANCOOB DTVM adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A BANCOOB DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos especulativos nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016.

c) Contingências

A Bancoob DTVM não possui contingências classificadas como possível ou remota

d) Benefícios a empregados

i) Previdência complementar

A BANCOOB DTVM é patrocinador da Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementares aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida.

Em 30 de junho de 2017, a BANCOOB DTVM contava com dez participantes (2016 - nove participantes), as despesas com a Sicoob Previ totalizaram R\$ 52 (2016 - R\$ 46) e estão contabilizadas em despesas de pessoal.

ii) Participação dos empregados no lucro

A BANCOOB DTVM oferece a seus empregados participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. No 1º semestre de 2017 foi provisionado o valor de R\$ 103 (2016 - R\$ 57) registrados em Outras obrigações sociais e estatutárias.

e) Resultado não operacional

Em março de 2016 a Bancoob DTVM recebeu a título de doação do Bancoob, imobilizado cujo ganho de capital totalizou a quantia de R\$ 1.

20. Gerenciamento de riscos

a. Risco operacional

As diretrizes para gestão de risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional.

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que, por sua vez, interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

b. Riscos de mercado e de liquidez

O Bancoob aderiu às seguintes políticas: Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado. Tais políticas definem procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.464/2007 e no art. 8º da Resolução CMN 4.090/2012.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado define a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) utilização do *VaR – Value at Risk* para mensurar o risco de mercado;
- b) análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
- c) limite máximo para exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtests* dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) diferentes cenários de simulação de perda em situações de *stress*;
- f) planos de contingência.

A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) limite mínimo de liquidez;
- b) projeção do fluxo de caixa para 90 dias;
- c) diferentes cenários de simulação de perda em situações de *stress*;
- d) planos de contingência de liquidez.

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente pela Auditoria Interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

Em cumprimento às Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012 e às Circulares BC 3.678/2013 e 3.748/2015, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

c. Risco de crédito

O Bancoob é responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, conforme prevê o art. 9º da Resolução CMN 3.721/2009, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitoramento das carteiras de crédito e manutenção de política única de risco de crédito.

O risco de crédito decorre da incerteza de uma contraparte honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito do tomador, visando manter a boa qualidade da carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira do tomador. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) procedimentos para a recuperação de créditos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sicoob;
- g) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- h) modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
- i) limites portfolizados de crédito para cada cliente e limites globais por carteira;
- j) modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

BANCOOB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. – BANCOOB DTVM
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

Os sistemas, modelos e procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de risco de crédito.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/2009 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

Diretoria

Francisco Ney Magalhães Júnior – Diretor Superintendente
Ricardo de Almeida Horta Barbosa – Diretor de Administração e Controle
Alexandre Queiroz Vivacqua – Diretor de Gestão de Recursos de Terceiros

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O-2 - S - DF